



DECRETO REGIONAL Nº 25/80

Difusão de Notas Oficiosas

A Lei nº 75/79, de 29 de Novembro (Lei da Radiotelevisão) é omissa quanto aos órgãos de governo próprio da Região Autónoma dos Açores.

O mesmo acontece com a Lei nº 60/79, de 18 de Setembro, que regula a difusão de notas oficiosas.

É necessário legislar sobre a matéria em causa, aplicando princípios idênticos aos que vigoram para os órgãos de soberania.

Assim, a Assembleia Regional dos Açores decreta, nos termos do artigo 229º, nº1, alínea a) da Constituição, o seguinte:

Artigo 1º.

Os Centros Regionais dos Açores da RDP e da RTP divulgarão na íntegra, obrigatória e gratuitamente, com o devido relevo e a máxima urgência, as mensagens e comunicados cuja difusão seja solicitada pela Assembleia Regional, bem como, nos termos do presente diploma, as notas oficiosas provenientes do Presidente do Governo Regional.

Artigo 2º.

Em situações que, pela sua natureza, justifiquem a necessidade de informação oficial, pronta e generalizada, designadamente em situações de emergência, o Governo Regional poderá recorrer à publicação de notas oficiosas dentro dos limites estabelecidos no presente diploma.



./.

Artigo 3º.

1. As notas oficiosas do Governo Regional, ou de qualquer departamento governamental, deverão mencionar expressamente a aprovação do Conselho do Governo ou do Presidente do Governo.

2. As publicações informativas diárias, a Radiodifusão e a Televisão não poderão recusar a inclusão de notas oficiosas, desde que provenham do Gabinete do Presidente do Governo e mencionem expressamente essa qualificação.

3. Caso o repute necessário, o Governo Regional poderá recorrer à Agência Noticiosa Portuguesa (ANOP, EP) para a divulgação do texto integral das notas oficiosas.

Artigo 4º.

As notas oficiosas são de divulgação obrigatória e gratuita nos meios de comunicação social referidos no nº2 do artigo 3º. desde que não excedam:

- a) 500 palavras para a informação escrita;
- b) 300 palavras para a informação radiodifundida;
- c) 200 palavras para a informação televisiva.

Artigo 5º.

1. A designação de nota oficiosa deve ser expressa e adequadamente mencionada nos diferentes meios de Comunicação Social.

2. As notas oficiosas deverão ser impressas em corpo normalmente utilizado pelo jornal nos textos de informação, e incluídas em páginas de informação e, no caso da informação radiodifundida e televisiva, deverão ser divulgadas num dos principais serviços noticiosos.

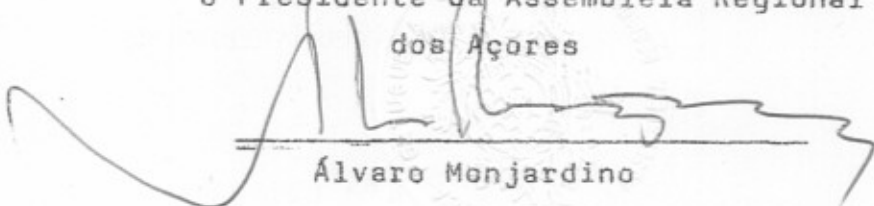


ARTIGO 6º.

A inclusão de matéria objectivamente ofensiva ou inverídica em nota oficiosa origina direito de resposta, nos termos da legislação aplicável.

Aprovado pela Assembleia Regional dos Açores, na Horta, em 30 de Julho de 1980.

O Presidente da Assembleia Regional
dos Açores



Álvaro Monjardino